

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE LETRAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA E LÍNGUA ESPANHOLA

SIMONE BETONI

**UMA TENTATIVA DE COMPREENSÃO DE DIFICULDADES SINTÁTICAS  
ATRAVÉS DE LIMITAÇÕES DA GRAMÁTICA TRADICIONAL**

PORTO ALEGRE  
2008

SIMONE BETONI

**UMA TENTATIVA DE COMPREENSÃO DE DIFICULDADES SINTÁTICAS  
ATRAVÉS DE LIMITAÇÕES DA GRAMÁTICA TRADICIONAL**

Monografia apresentada como requisito à  
conclusão do curso de Licenciatura em  
Língua Portuguesa e Espanhola, da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul.

Orientadora: Professora Dr. Jane Rita Caetano Silveira

Porto Alegre

2008

Dedico este trabalho ao Xicão: meu amor,  
meu companheiro, meu amigo, meu parceiro,  
meu tudo. Sem você, coração, nada seria possível.

## AGRADECIMENTOS

À professora Jane Silveira, minha musa intelectual, pela orientação, paciência, bom-humor, inteligência, perspicácia, disponibilidade, confiança e amizade.

Ao professor Aureliano Calvo por sua sabedoria, leveza de espírito e pelo ombro amigo, simplesmente tudo de bom.

À professora Ana Ibaños, uma inesgotável fonte de conhecimentos, pela oportunidade.

À queridíssima Elvina Rosângela Garcia, “bombeira” fiel, que contamina a todos com sua doçura.

Às amigas: Juju Prato, Carol Collares e Carol Vasconcellos, que suportaram as angústias, os monólogos, o mau-humor e a ausência.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo verificar, através de pesquisa, algumas das principais dificuldades encontradas pelos alunos, em relação ao estudo da análise sintática, a partir das normas preconizadas pelas gramáticas tradicionais, apresentando uma abordagem crítica a algumas limitações ou inadequações de determinados conceitos prescritos pela tradição nas gramáticas normativas padrão.

**Palavras-chave:** Gramática tradicional. Análise sintática.

## RESUMEN

Este trabajo tiene por objetivo verificar, a través de la investigación, algunas de las principales dificultades identificadas por los alumnos, en relación al estudio de análisis sintáctico, a partir de las normas impuestas por las gramáticas tradicionales, presentando un análisis crítico sobre algunas limitaciones o inadecuaciones de determinados conceptos elaborados por la tradición en las gramáticas normativas estándares.

**Palabras-clave:** Gramática tradicional. Análisis sintáctico.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	10
1.1 A GRAMÁTICA NA AULA DE PORTUGUÊS .....	10
1.2 TERMOS DA ORAÇÃO .....	11
1.2.1 Termos essenciais da oração.....	11
1.2.2 Termos integrantes da oração .....	18
1.2.3 Termos acessórios da oração .....	22
1.3 PROCESSOS DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO .....	25
1.3.1 Período composto por coordenação .....	25
1.3.2 Período composto por subordinação .....	26
1.4 VALORES E EMPREGOS DO “SE” .....	31
<b>2 DESEMPENHO SINTÁTICO E PROBABILIDADES EXPLANATÓRIAS DOS RESULTADOS</b> .....	34
2.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE QUANTITATIVA DOS RESULTADOS.....	34
2.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS E TENTATIVAS DE EXPLICAÇÕES GRAMATICAIIS .....	36
<b>3 CONCLUSÕES</b> .....	42
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	43
<b>ANEXO</b> .....	44

## INTRODUÇÃO

O ensino de gramática nas escolas vem suscitando acirradas polêmicas. Vários lingüistas têm abordado o tema, ora advogando a causa de um ensino que não exclua as variantes do português, ora depreciando a insuficiência das noções e procedimentos da gramática tradicional, ora abordando a inadequação dos métodos de ensino, ora criticando o ensino de um padrão lingüístico – visto como forma de exclusão.

Que fatores poderiam gerar dificuldades no aprendizado da língua portuguesa por falantes nativos? O uso da gramática tradicional no ensino? O modo como a gramática tradicional é abordada em sala de aula? Ou as definições constantes das gramáticas normativas, algumas vezes, complicadas e controversas?

O presente trabalho tem por objetivo verificar, através de instrumento de pesquisa aplicado a acadêmicos de Letras da PUCRS, algumas das principais dificuldades sintáticas encontradas pelos alunos em relação ao estudo da língua portuguesa, apresentando uma análise crítica a algumas limitações ou inadequações de determinados conceitos prescritos pela tradição nas gramáticas normativas.

A escolha pelos tópicos abordados, abrangendo termos da oração, processos de coordenação e subordinação, valores e empregos sintáticos do “se”, deve-se ao fato de serem temas suscetíveis de dúvidas e interpretações distintas gerando, muitas vezes, incertezas e incompreensões por parte dos alunos. É necessário enfatizar que não se pretende destituir a importância das normas preconizadas pelas gramáticas tradicionais, visto que para o estudo da língua é preciso observar as regras, os conceitos e as classificações que regem a gramática normativa padrão.

No primeiro capítulo, será feita uma breve revisão bibliográfica dos conteúdos sintáticos selecionados, a partir dos conceitos prescritos pela tradição gramatical brasileira e dos exemplos, por eles, apresentados, com o objetivo de sinalizar possíveis dificuldades decorrentes de definições e classificações tradicionais. Entre os principais autores consultados para desenvolver esta parte do trabalho, destacamos Bechara (2006), Cegalla (2005), Cunha e Cintra (2007), Rocha Lima (2008). Também será abordado o modo como a gramática normativa tem sido, usualmente, desenvolvida nas escolas, através de estudos lingüísticos desenvolvidos por Costa (2003), Franchi (2006) e Loura (2002).

No segundo capítulo, serão apresentados o levantamento dos dados quantitativos da pesquisa realizada e a análise crítica dos resultados obtidos, salientando-se especialmente as



dificuldades ou os problemas encontrados no desempenho lingüístico dos sujeitos da pesquisa, e buscando explicar as dificuldades referentes à sintaxe da língua portuguesa.

Finalmente, na conclusão, serão retomados, com uma breve apreciação, os principais aspectos contidos no desenvolvimento desse trabalho, com ênfase na relação entre os resultados obtidos, o conhecimento sintático dos usuários da língua, neste caso, os acadêmicos de Letras, e as prováveis explicações para os erros constatados.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta, inicialmente, algumas considerações sobre o modo como o ensino da gramática normativa tem sido, em geral, desenvolvido em sala de aula e as conseqüências dele decorrentes para o aprendizado lingüístico. Nas seções seguintes, de acordo com os conteúdos sintáticos analisados neste estudo, são revisados conceitos básicos prescritos na gramática normativa da Língua Portuguesa, com o objetivo de demonstrar como são tratados pela tradição e como alguns deles podem gerar dificuldades.

Para explicitar esses conceitos, selecionamos para exame, dentre o vasto número de gramáticas à disposição, a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (2006), a *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Domingos Pascoal Cegalla (2005), *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (2007) e a *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima (2008).

### 1.1 A GRAMÁTICA NA AULA DE PORTUGUÊS

Segundo Costa (2003)<sup>1</sup>, dois fatores interligados têm contribuído, nos últimos quarenta anos, no Brasil, para o uso fortemente diferenciado de formas lingüísticas do português, em sala de aula, por camadas distintas de uma comunidade de falantes. Políticas educacionais implementadas, mais quantitativas que qualitativas, construíram muitas salas de aula e as encheram de estudantes de várias camadas sociais. O número excessivo de alunos, por sua vez, exigiu maior contingente de professores, que passaram a ser recrutados em várias camadas da população. Essa pseudo-democratização escolar tem produzido os resultados para

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no II Seminário de Lingüística, Literatura e Pedagogia CEFET-UFBA, 02.12.2006.

os quais apontam os últimos dados: alunos que chegam ao final do ensino fundamental sem capacidades funcionalmente mínimas de leitura e escrita.

Em princípio, um dos objetivos da escola é ensinar o português padrão, ou pelo menos criar condições para que ele seja aprendido, cabe a escola o papel de conscientizar o aluno da necessidade de conhecer e usar, convenientemente a norma padrão e de promover o reconhecimento da existência de outros modos de falar, tão válidos quanto o seu e que podem enriquecê-lo.

No entanto, conforme salienta Franchi (2006), o que se tem observado, de um modo geral, no cotidiano escolar, é que o olhar para a língua, de modo a refletir sobre a sua estruturação, transformou-se em uma tarefa meramente classificatória. As questões propostas aos alunos procuram, normalmente, levá-los a definir categorias e a determinar funções, a partir de fragmentos de texto.

A gramática normativa tem sido trabalhada de maneira exaustiva, como se fosse um manual de regras e exceções a serem decorados pelos alunos. Loura (2002) destaca que não são feitas reflexões sobre a língua e sua importância vital para a sociedade, não se discute sobre regras impostas pela gramática tradicional e as contradições nela existentes. Os conceitos não são contestados, analisados, questionados.

Assim como Franchi (2006), não pretendemos dizer que o sistema tradicional deva ser apagado. Ao contrário, ele reflete intuições úteis sobre a estrutura da língua, que permanecem em quase todos os modelos lingüísticos contemporâneos. No entanto, o trabalho de análise, como um exercício de mero reconhecimento e a crença em categorias e funções sintáticas já estabelecidas, deve ser revisto. É preciso passar do nível descritivo ou prescritivo para o nível de busca consciente e de interpretações articuladas e justificadas.

## 1.2 TERMOS DA ORAÇÃO

### 1.2.1 Termos essenciais da oração

Tradicionalmente são considerados como termos essenciais da oração o sujeito e o predicado. O sujeito é o ser sobre o qual se diz alguma coisa e o predicado, tudo aquilo que se diz do sujeito. O sujeito, quando expresso na oração, pode ser simples ou composto e, quando não expresso, pode ser oculto ou indeterminado. Em orações com verbos impessoais, a oração é sem sujeito. O predicado pode ser verbal, nominal ou verbo-nominal.

## A – Sujeito Simples e Sujeito Composto

É classificado como simples, o sujeito que tem um só núcleo. E como composto, o sujeito que tem mais de um núcleo. Exemplos:

**As rosas** têm espinhos.

**Ele e eu** somos da mesma raça.

## B – Sujeito oculto ou determinado

É conceitualizado aquele que não está expresso na oração, mas que pode ser identificado pela desinência verbal ou pela presença do sujeito em outra oração do mesmo período ou de período contíguo. Exemplo:

Viajarei amanhã. (Sujeito: eu, que se deduz da desinência do verbo)

## C – Sujeito indeterminado

Algumas vezes, o verbo não se refere a um pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento. Esse sujeito é definido, tradicionalmente, como indeterminado. A indeterminação do sujeito ocorre em duas situações:

- a. com verbo na terceira pessoa do plural, sem referência a sujeito expresso na oração:

Na rua **olhavam**-no com admiração.

- b. com verbo na terceira pessoa do singular, acompanhado do índice de indeterminação do sujeito **se**:

Aqui se **vive** bem.

### **D – Oração sem sujeito**

É, com algumas variações, quando a informação expressa pelo predicado não se refere a sujeito algum, pois não o atribuímos a nenhum ser. Diz-se, então, que o verbo é impessoal; e o sujeito, inexistente. Os principais casos de inexistência do sujeito são:

- a. com verbos ou expressões que denotam fenômenos da natureza:

**Anoiteceu** rapidamente.

- b. com o verbo haver na acepção de existir:

**Há** plantas venenosas.

- c. com os verbos haver, fazer e ir, quando indicam tempo decorrido:

**Havia** três noites que não dormia.

**Faz** dois anos que me formei.

**Eram** trinta de maio de 1980.

- d. com o verbo ser, na indicação do tempo em geral:

**Era** por altura das lavouras.

Normalmente, há confusão em relação à concordância e à classificação dos verbos impessoais, assim como com o verbo existir e o verbo haver, uma vez que este, quando empregado com o sentido de existir é impessoal e aquele não, concorda com o sujeito. Exemplos:

**Há** plantas venenosas.

**Existem** plantas venenosas.

No primeiro exemplo, o verbo é impessoal, logo permanece no singular e a oração, sem sujeito. No segundo, embora semanticamente idêntico ao primeiro, o verbo concordará com o sujeito, visto que o sujeito é simples.

### **E – Predicado Verbal**

É denominado predicado verbal, o termo da oração que tem como núcleo um verbo significativo, ou seja, aquele que acrescenta uma idéia nova ao sujeito. Pode ser intransitivo – não precisa de complemento para formar o predicado, uma vez que tem sentido completo – e transitivo – precisa de complemento porque o processo verbal não está integralmente contido nele, mas em outros elementos. Exemplos:

Os pessegueiros **floresceram**.

A família **chamou** o médico.

Os jovens **gostam** de aventuras.

O pintor **ofereceu** o quadro a um amigo.

### **F – Predicado Nominal**

É definido, com algumas variações, como o predicado formado por verbo de ligação + predicativo, que tem como núcleo significativo um nome (substantivo, adjetivo ou pronome). O verbo de ligação pode expressar:

- a. estado permanente:

Pedro **é** doente.

- b. estado transitório:

Pedro **está** doente.

- c. mudança de estado:

Pedro **ficou** doente.

- d. continuidade de estado:

Pedro **continua** doente.

- e. aparência de estado:

Pedro **parece** doente.

Cunha e Cintra enfatizam que os verbos de ligação servem para estabelecer a união entre duas palavras ou expressões de caráter nominal, mas não trazem propriamente idéia nova ao sujeito. Os autores também destacam a variabilidade da predicação verbal, uma vez que há verbos que se empregam ora como de ligação (na primeira coluna abaixo), ora como significativos (na segunda coluna). Exemplos:

**Estavas** triste.

**Estavas** em casa.

**Andei** muito preocupado.

**Andei** muito hoje.

**Fiquei** pesaroso.

**Fiquei** no meu posto.

**Continuamos** silenciosos.

**Continuamos** a marcha.

Nos exemplos apresentados, pode-se perceber que na primeira coluna os verbos funcionam, apenas, como um elo entre o sujeito e o predicado, enquanto que na segunda coluna exercem a função de verbos significativos.

### **G – Predicativo do sujeito**

É conceituado como o termo que, no predicado nominal, atribui ao sujeito uma qualidade ou característica, funcionando como núcleo desse predicado. Pode ser representado por:

- a. substantivo ou expressão substantivada:

O boato é um **vício** detestável.

- b. adjetivo ou locução adjetiva:

A praia estava **deserta**.

- c. pronome:

O espião é **aquele**.

- d. numeral:

Nós somos **quatro** em casa.

- e. oração substantiva predicativa:

Seu sonho era **morar no Rio**.

O predicativo do sujeito, normalmente, não costuma apresentar problemas quando constante no predicado nominal, no entanto, no predicado verbo-nominal é passível de

discussão, uma vez que pode ser confundido com o adjunto adverbial. Exemplo: O menino dorme tranqüilo.

## **H – Predicado verbo-nominal**

O predicado, que tem dois núcleos significativos: um verbo e um nome é, normalmente, designado como predicado verbo-nominal, o qual representa a fusão de um predicado verbal com um predicado nominal. O predicado verbo-nominal pode estar caracterizando o sujeito – predicativo do sujeito – ou o objeto – predicativo do objeto. Exemplos:

Ele estudou **atento**.

Paulo **riu despreocupado**.

O professor o **considera inteligente**.

Nos dois primeiros exemplos, pode-se constatar que a fronteira entre o predicativo do sujeito e o adjunto adverbial é bastante tênue, o que pode gerar dificuldades na classificação, uma vez que “atento” pode ser analisado como o modo que ele estudou, assim como “despreocupado” pode ser entendido como o estilo da risada de Pedro.

## **I – Predicativo do objeto**

O termo que caracteriza o objeto, no predicado verbo-nominal, é definido, pela tradição, como predicativo do objeto. Podendo ser expresso por:

- a. substantivo:

Chamo-**me Aldemiro**.



b. adjetivo:

Nós tínhamos os pés **inchados**.

A mãe viu-o **desanimado**.

O advogado considerava **indiscutíveis** os direitos da herdeira.

O predicativo do objeto, quando anteposto, como no último exemplo, normalmente motiva dúvidas na sua identificação, assim como quando o objeto é constituído por pronome, no segundo exemplo.

### 1.2.2 Termos integrantes da oração

De um modo geral, as gramáticas tradicionais denominam como integrantes, os termos que completam a significação transitiva dos verbos e nomes, integrando o sentido da oração. São considerados indispensáveis à compreensão do enunciado. Os termos integrantes da oração são:

- os complementos verbais (objeto direto e objeto indireto);
- o complemento nominal;
- o agente da passiva.

Limitar-nos-emos aos complementos verbais e ao complemento nominal, os quais são abordados no presente trabalho.

#### A – Objeto indireto

Antes de retomarmos o conceito de objeto indireto, parece-nos importante ressaltar a variabilidade da predicação verbal, uma vez que a análise da transitividade verbal será feita de

acordo com o texto e não de forma isolada, podendo o mesmo verbo ser empregado com transitividades distintas. Comparem-se estes exemplos:

Perdoai sempre. (=intransitivo)

Perdoai as ofensas. (=transitivo direto)

Perdoai aos inimigos. (=transitivo indireto)

Perdoai as ofensas aos inimigos. (=transitivo direto e indireto)

O objeto indireto é, usualmente, definido como o complemento verbal que se liga ao verbo por preposição necessária e sem valor circunstancial. Podendo ser representado por:

a. substantivo:

Assisti **ao jogo**.

Trabalha **para o bem geral da família**.

b. pronome (substantivo):

Não duvides **de mim**.

O pai batia-**lhe**.

c. numeral:

Os domingos, porém, pertenciam **aos dois**.

- d. palavra ou expressão substantivada:

Mas – quem daria dinheiro **aos pobres**?

- e. oração substantiva (objetiva indireta):

Não me oponho **a que você viaje**.

O primeiro exemplo, embora designado como transitivo indireto pela tradição, é, usualmente, classificado pelos alunos como transitivo direto, visto que na linguagem coloquial, o verbo é construído com tal acepção.

O segundo exemplo, proposto por Bechara (2006a), é passível de questionamento, visto que o verbo trabalhar na acepção de empregar diligência e trabalho é classificado, normalmente, como intransitivo.

## **B – Complemento nominal**

Os gramáticos abordam o complemento nominal como o termo, regido por preposição, que integra a significação transitiva de alguns substantivos, adjetivos e advérbios. Podendo ser representado por:

- a. substantivo (acompanhado ou não dos seus modificadores):

A invenção **de palavras** caracteriza o estilo de Guimarães Rosa.

A plantação **de cana** enriqueceu, outrora, a economia do país.

- b. pronome:

Teve raiva **de si mesmo**.

Ninguém teve notícia **dele**.

c. numeral:

A vida dele era necessária **a ambas**.

d. palavra ou expressão substantivada:

Os dois adversários na luta **do sim e do não** trataram do que então lhes interessava, numa conversa breve.

e. oração completiva nominal:

Estou certo **de que ela voltará**.

O complemento nominal, de um modo geral, suscita muitas dúvidas quando se apresenta em forma de preposição + substantivo. Os alunos, geralmente, não conseguem distinguir as fronteiras que separam o adjunto adnominal, formado por locução adjetiva, do complemento nominal.

Cegalla ressalta a função de receptor, paciente e alvo da declaração expressa por um nome do complemento nominal que, embora regido pelas mesmas preposições usadas no objeto indireto, difere deste porque em vez de complementar verbos, completa nomes e advérbios. Esse critério de distinção auxilia na classificação do complemento nominal apresentado no primeiro exemplo, visto que “de palavras” é o paciente da ação contida no substantivo “invenção”.

Rocha Lima, por sua vez, distingue o complemento nominal do adjunto adnominal expresso por locução adjetiva, pela transitividade dos nomes, uma vez que serão sempre intransitivos quando adjuntos e, transitivos quando complemento. A transitividade do complemento nominal composto por preposição + substantivo, somente ocorrerá com substantivo abstrato de ação, correspondente a verbo da mesma família que exija objeto ou complemento circunstancial ou com substantivo abstrato de qualidade, derivado de adjetivo que possa ser

usado transitivamente. No entanto, no segundo exemplo, esta transitividade não se apresenta tão manifesta.

### 1.2.3 Termos acessórios da oração

São considerados, pela tradição, como os termos que desempenham uma função secundária na oração, caracterizando um ser, determinando substantivos ou exprimindo alguma circunstância. Embora acrescentem um dado novo à oração, não são indispensáveis ao entendimento do enunciado. São eles:

- o adjunto adnominal;
- o adjunto adverbial;
- o aposto.

Quando se fala em termo dispensável ao entendimento do enunciado, significa dizer que a retirada do termo acessório não afeta o propósito do enunciado. No entanto, verifica-se que, muitas vezes, a exclusão desses termos deixa as orações incompletas e incoerentes, conforme será visto a seguir.

Restringir-nos-emos ao estudo do adjunto adnominal e do adjunto adverbial, os quais são tópicos constantes do presente trabalho.

#### A – Adjunto adnominal

Com algumas variações, é classificado como o termo de valor adjetivo que se junta ao substantivo para caracterizar ou determinar o seu significado. Pode ser expresso por:

- a. adjetivo:

Noites **claras** prenunciam **bom** tempo.

Meu irmão veste roupas **vistosas**.

b. locução adjetiva:

Em poucas horas, o fogo destruiu toda a plantação **de cana**.

A invenção **de Santos Dumont** abriu caminho à era interplanetária.

c. artigo (definido ou indefinido):

**O** livro está esgotado.

**Um** rapaz esteve aqui.

d. pronome adjetivo:

**Nosso** tio está doente.

**Vários** vendedores de artesanato expunham **suas** mercadorias.

e. numeral:

Casara-se havia **duas** semanas.

Aqueles **dois** erros eram graves.

f. oração adjetiva:

Os cabelos, **que tinha farto e lisos**, caíram-lhe todos.

Venho cumprir uma missão do sacerdócio **que abracei**.

Nos exemplos em (a) e (b), pode-se constatar que a retirada do adjunto adnominal, tido como termo dispensável, prejudica o sentido das orações – Noites prenunciam tempo. Irmão veste roupas. Invenção abriu caminho à era. -, tornando-as incompletas e desconexas.

Em relação às dúvidas encontradas em relação ao complemento nominal, Cegalla destaca a função de agente da ação ou a origem, pertença, qualidade de alguém ou de alguma coisa do adjunto adnominal, quando formado por locução prepositiva. Observação que facilita a classificação da locução adjetiva no segundo exemplo, uma vez que “Santos Dumont” é quem pratica a ação “da invenção”.

## **B – Adjunto Adverbial**

É conceituado como o termo de valor adverbial que modifica ou intensifica o sentido de um verbo, adjetivo ou advérbio, exprimindo uma circunstância do fato expresso pelo verbo. Pode ser representado por:

- a. advérbio:

Moramos **aqui**.

Pedro **não** trabalha **hoje**.

- b. locução adverbial:

Pedro trabalha **em Petrópolis**.

Ele estudou **para médico**.

- c. oração adverbial:

Ele saiu **quando o professor chegou**.

Aplicando, novamente o conceito de termo acessório, pode-se perceber que a omissão dos termos destacados, irá, algumas vezes, alterar a idéia contida no enunciado e, outras vezes, deixará a frase, sintaticamente incompleta.

### 1.3 PROCESSOS DE COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO

Segundo a tradição, o período composto é constituído de duas ou mais orações. As orações que se sucedem igualitariamente, apenas justapostas, sem que umas dependam sintaticamente das outras, são chamadas coordenadas. Enquanto as que dependem sintaticamente de outras, isto é, que são termos de outras, são chamadas subordinadas.

#### 1.3.1 Período composto por coordenação

É constituído, nos moldes da tradição gramatical, de orações sintaticamente independentes. Estas podem ser assindéticas, quando estão justapostas, isto é, sem conectivo que as enlace, ou sindéticas, quando ligadas por conjunções coordenativas.

As orações coordenadas sindéticas recebem o nome das conjunções coordenativas que as iniciam. Podem ser:

- a. Aditivas - expressam adição, seqüência de fatos ou de pensamentos:

A doença vem a cavalo **e volta a pé**.

As pessoas não se mexiam **nem falavam**.

- b. Adversativas - exprimem contraste, oposição, ressalva:

A espada vence, **mas não convence**.

O mar é generoso, **porém às vezes torna-se cruel**.



- c. Alternativas - exprimem alternância, alternativa, exclusão:

Venha agora **ou perderá a vez**.

Procurei chegar a tempo, **ou não seria atendida pelo médico**.

- d. Conclusivas - exprimem conclusão, dedução, consequência:

Raimundo é homem são, **portanto deve trabalhar**.

Vives mentindo; **logo, não mereces fé**.

- e. Explicativas - exprimem explicação, motivo, razão:

Leve-lhe uma lembrança, **porque ela aniversaria amanhã**.

Decerto alguém o agrediu, **porque o nariz dele sangra**.

Verifica-se que o primeiro exemplo de oração coordenada explicativa pode remeter à idéia de causal, uma vez que a lembrança será entregue devido ao aniversário. No segundo exemplo, a distinção se apresenta de forma mais clara, uma vez que o fato do nariz sangrar pode ter sido motivado por uma agressão ou não, logo não é a causa da oração principal.

Cegalla pontua a diferença entre as orações coordenadas explicativas e as orações subordinadas causais: estas exprimem a causa de um fato, aquelas dão o motivo, a explicação da declaração anterior.

### 1.3.2 Período composto por subordinação

O período composto por subordinação consta de oração principal, que não exerce nenhuma função sintática em outra oração do período, e oração subordinada, que completa o sentido da principal, da qual é, sintaticamente, dependente.

As orações subordinadas classificam-se, de acordo com seu valor e função, em: substantivas, quando exercem as funções próprias dos substantivos; adjetivas, quando exercem a função dos adjetivos e adverbiais, quando exercem a função dos advérbios.

As orações subordinadas substantivas vêm normalmente introduzidas pela conjunção integrante **que** (às vezes, **por se**) e são designadas de acordo com a sua função no período. Podem ser:

- a. subjetivas – exercem a função sintática de sujeito do verbo da oração principal:

É necessário **que você colabore**.

**Quem avisa** amigo é.

- b. objetivas diretas – funcionam como objeto direto do verbo da oração principal:

Mariana esperou **que o marido voltasse**.

Eu sei **por que ele não veio**.

- c. objetivas indiretas – funcionam como objeto indireto:

Lembre-se **de que a vida é breve**.

O soldado insistia **em que a prisão fosse feita**.

- d. predicativas – exercem a função de predicativo do sujeito:

Minha esperança era **que ele desistisse**.

Não sou **quem você pensa**.

- e. completivas nominais – têm a função de complemento nominal de um substantivo ou adjetivo da oração principal:

Sou favorável **a que o prendam.**

Estava convencido **de que um dia lhe dariam razão.**

- f. apositivas – exercem a função de aposto de um nome da oração principal:

Só desejo uma coisa: **que vivam felizes.**

Só lhe peço isto: **honre o nosso nome.**

As apositivas são, muitas vezes, confundidas com as orações subordinadas adjetivas explicativas, visto que a função dessas orações, assim como o aposto, é de explicar, esclarecer o termo anterior.

As orações subordinadas adjetivas vêm, normalmente, introduzidas por um pronome relativo, e exercem a função de adjunto adnominal de um substantivo ou pronome antecedente. Podem ser:

- a. restritivas – têm por ofício delimitar o antecedente, com o qual forma um todo significativo. São indispensáveis ao sentido da frase; ligam-se ao antecedente sem pausa:

Pedra **que rola** não cria limo.

A casa **em que Antônio morava** foi posta abaixo.

- b. explicativas – é o termo adicional que acrescenta ao antecedente uma qualidade acessória, esclarecendo sua significação. São dispensáveis ao sentido da frase; separam-se do antecedente por uma pausa.

Valéria, **que nasceu rica**, acabou na miséria.

Alguém, **que passe por ali à noite**, poderá ser assaltado.

Embora o adjunto adnominal seja classificado como termo acessório da oração e as orações subordinadas adjetivas exerçam a função de adjunto, as orações adjetivas restritivas (e às vezes as explicativas) são consideradas indispensáveis à compreensão do enunciado.

Algumas vezes o limiar entre as orações subordinadas adjetivas explicativas e restritivas é bastante estreito, é necessário estar atento à pontuação.

As orações subordinadas adverbiais funcionam como adjunto adverbial de outras orações e são introduzidas, normalmente, pelas conjunções subordinativas, exceto as integrantes. São classificadas, de acordo com a circunstância que expressam, em:

- a. causais - indicam o fato determinante da realização, ou não-realização, do que se declara na oração principal:

O tambor soa **porque é oco**.

Saiu apressado, **porque estava atrasado**.

O segundo exemplo apresenta, incontestavelmente, uma relação de causa, uma vez que o motivo de se ter saído apressado deveu-se ao fato de estar atrasado.

No entanto, o exemplo anterior pode levar a duas interpretações distintas: a causa de o tambor soar é pelo fato de ser oco ou uma explicação de o tambor soar.

- b. concessivas - exprimem idéia de concessão, de admitir uma circunstância ou idéia contrária, a qual, no entanto, não impede a realização do fato expresso na oração principal:

**Por mais que pedissem novas escolas**, o Estado não as construía.

O responsável deve ser punido, **quem quer que seja**.

- c. comparativas - exprimem circunstância de comparação, ou seja, de confrontação com aquilo que é manifesto na oração principal, buscando entre elas semelhanças ou diferenças:

De modo geral, as pessoas gordas vivem menos **do que as magras**.

Rui voltou para casa **como quem vai para a prisão.**

- d. condicionais - exprimem a circunstância da qual depende a realização do fato manifesto na oração principal:

**Se o conhecesses**, não o condenarias.

Não poderás ser bom médico, **sem que estudes muito.**

- e. conformativas - exprimem idéia de conformidade, isto é, de adequação, de não contradição com o fato relatado na oração principal:

O homem age **conforme pensa.**

**Segundo ouvi dizer**, Fleming descobriu a penicilina por acaso.

- f. consecutivas - exprimem idéia de conseqüência, de resultado ou efeito da ação manifesta na oração principal:

Fazia tanto frio **que meus dedos estavam endurecidos.**

Falou com uma calma e frieza **que todos ficaram atônitos.**

- g. finais - exprimem finalidade, isto é, o objetivo ou destinação do fato relatado na oração principal:

Insisto **que me digas a verdade.**

Trabalha muito, **a fim de que nada falte à família.**

- h. proporcionais - denotam proporcionalidade em relação à oração principal. Por proporção entenda-se a relação existente entre duas coisas, de modo que qualquer alteração em uma delas implique alteração na outra:

**Quanto maior for a altura**, maior será o tombo.

Ganhamos experiência à **medida que envelhecemos**.

- i. temporais - exprimem a circunstância de tempo em que ocorreu o fato relatado na oração principal:

**Enquanto foi rico**, todos os procuravam.

Um dos garimpeiros falou, **enquanto os outros escutavam silenciosos**.

- j. modais - exprimem modo, maneira:

Entrou na sala **sem que nos cumprimentasse**.

Aqui viverás em paz, **sem que ninguém te incomode**.

#### 1.4 VALORES E EMPREGOS DO “SE”

A palavra “se”, dependendo da estrutura frasal em que é empregada, pode ter valores semânticos e funções sintáticas diferentes. Em vista desta diversidade de usos, como será visto a seguir, a sua identificação sintática costuma gerar dúvidas e dificuldades.

- Empregado como **pronome**, o “se” pode assumir a função de:

- a. pronome reflexivo, quando usado para indicar que a ação praticada pelo sujeito recai sobre o próprio sujeito:

Solange considerou-se culpada pela tristeza do amigo.

- b. pronome reflexivo recíproco, quando usado para indicar que a ação praticada por um dos elementos do sujeito é recíproca:

Mãe e filha queriam-se muito bem.

- c. pronome apassivador, quando com verbos transitivo direto e transitivo indireto e indireto forma a voz passiva pronominal ou sintética:

Consertam-se bicicletas.

- d. índice de indeterminação do sujeito, quando associa-se a verbos intransitivos ou transitivos indiretos com a função de indeterminar o sujeito:

Trabalha-se muito aqui.

Precisa-se de operários especializados.

- e. palavra expletiva ou de realce, quando o seu uso não é rigorosamente necessário para a compreensão da mensagem. Trata-se de um recurso estilístico, um reforço de expressão:

Os convidados foram-se embora ao amanhecer.

- f. parte integrante de certos verbos, quando se associa a verbos pronominais, isto é, verbos que são sempre apresentados e conjugados com pronome:

A mulher arrependeu-se do que fez.

Quando conjunção, pode aparecer como:

- a. conjunção subordinativa integrante, quando inicia orações subordinadas substantivas:

Não sei **se** ele voltará hoje.

- b. conjunção subordinativa condicional, quando inicia orações subordinadas adverbiais condicionais:

**Se** ela não vier, teremos muito trabalho.

Concluída a revisão dos aspectos sintáticos na abordagem tradicional, que constituíram o instrumento dessa pesquisa, no próximo capítulo serão apresentados, analisados e explicados gramaticalmente os resultados obtidos pelos alunos.



## **2 DESEMPENHO SINTÁTICO E PROBABILIDADES EXPLANATÓRIAS DOS RESULTADOS**

O instrumento desta pesquisa (em anexo) consta de dez exercícios, relativos a termos essenciais, integrantes e acessórios da oração – especificamente, seguindo a ordem sequencial das questões: complemento nominal, adjunto adnominal, adjunto adverbial, objeto indireto, predicativo do sujeito, predicativo do objeto -, orações coordenadas e subordinadas e usos da palavra “se”. Foi aplicado a noventa e quatro alunos do segundo e terceiro semestre do curso de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no mês de abril de 2008.

A opção pelos tópicos sintáticos abordados, conforme já mencionado na introdução, deve-se ao fato de serem temas suscetíveis de dificuldades e interpretações distintas causando, muitas vezes, dúvidas e incompreensão aos alunos, conforme pode ser observado com frequência em aulas de língua portuguesa.

Esta análise pretende, num primeiro momento, uma avaliação essencialmente quantitativa dos dados, destacando o maior número de erros e acertos; num segundo momento, serão feitas considerações sobre os resultados observados no desempenho lingüístico dos alunos, salientando-se as questões com maior porcentual de erros e associando-os a possíveis explicações gramaticais.

Ressalta-se que, nos critérios de avaliação utilizados nesta pesquisa, foram consideradas corretas as respostas que condizem com as normas gramaticais do exercício proposto. As questões não respondidas foram consideradas erradas, do mesmo modo que as questões de múltipla escolha em que foi marcada somente uma das alternativas corretas, quando havia mais de uma opção certa, ou então uma alternativa correta com outra incorreta.

### **2.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE QUANTITATIVA DOS RESULTADOS**

Nesta seção, são apresentados os resultados da avaliação dos conteúdos sintáticos e constam os resultados gerais da pesquisa: a quantidade e a porcentagem de acertos, erros e questões sem resposta, salientando-se, novamente, que estas foram incorporadas aos erros.

Tabela 1 – Resultados gerais

Questões	Certas	Erradas	Sem resposta	% Certas	% Erradas	% Sem resposta
<b>1 – a</b>	anulada	anulada	anulada	anulada	anulada	anulada
<b>b</b>	45	49	3	47,90	52,10	3,19
<b>c</b>	53	41	3	<b>56,40</b>	43,60	3,19
<b>d</b>	48	46	3	51	49	3,19
<b>e</b>	40	54	3	42,60	<b>57,40</b>	3,19
<b>2 – a</b>	38	56	1	40,40	<b>59,60</b>	1,06
<b>b</b>	52	42	1	55,30	44,70	1,06
<b>c</b>	48	46	1	51	49	1,06
<b>d</b>	74	20	1	<b>78,70</b>	21,30	1,06
<b>e</b>	50	44	1	53,20	46,80	1,06
<b>3</b>	25	69	4	26,60	<b>73,40</b>	4,25
<b>4 – a</b>	60	34	1	<b>63,80</b>	36,20	1,06
<b>b</b>	19	75	1	20,20	<b>79,80</b>	1,06
<b>c</b>	52	42	1	55,30	44,70	1,06
<b>d</b>	49	45	1	52,10	47,90	1,06
<b>e</b>	48	46	1	51	49	1,06
<b>5</b>	50	44	2	<b>53,20</b>	46,80	2,12
<b>6 – a</b>	25	69	50	<b>26,60</b>	73,40	53,19
<b>b</b>	13	81	50	13,80	86,20	53,19
<b>c</b>	6	88	50	6,40	<b>93,60</b>	53,19
<b>d</b>	21	73	50	22,30	77,70	53,19
<b>e</b>	18	76	50	19,10	80,90	53,19
<b>7</b>	13	81	10	13,80	<b>86,20</b>	10,63
<b>8</b>	11	83	10	11,70	<b>88,30</b>	10,63
<b>9</b>	34	60	6	36,20	<b>63,80</b>	6,30
<b>10</b>	35	59	10	37,20	<b>62,80</b>	10,60

<sup>1</sup> A letra “a” da questão número 1 foi anulada devido ao fato de ter sido grifado o termo errado.

Na análise da Tabela 1, observa-se que a média de acertos das questões número 1 e 2, que abordam os termos integrantes e acessórios da oração, foi de cinquenta por cento. A letra “d” da questão número 2, referente a objeto indireto e adjunto adverbial, na qual a transitividade do verbo está mais evidente, foi a que obteve o maior número de respostas corretas.

As questões número 6, 7, 8 e 9, que contemplam as orações coordenadas e subordinadas, foram as que atingiram a maior porcentagem de erros, sendo que mais de cinquenta por cento dos alunos não responderam à questão número 6 e dentre os que responderam, mais de setenta por cento não conseguiu estabelecer as relações semânticas entre as orações. As questões 7 e 8 contaram com mais de oitenta por cento de respostas incorretas.

## 2.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS E TENTATIVAS DE EXPLICAÇÕES GRAMÁTICAS

É necessário enfatizar que as questões foram corrigidas e analisadas tendo em vista os conceitos prescritos na gramática normativa da Língua Portuguesa.

Na **primeira questão**, conforme visto na seção anterior, cujo conteúdo é a identificação de complemento nominal e adjunto adnominal, a média de acertos foi de cinquenta por cento, ou seja, praticamente a metade do grupo não consegue distinguir estas duas funções sintáticas, isto é, não percebe a diferença entre um termo que completa o sentido de um nome, indispensável ao entendimento do enunciado, e um termo acessório, que exerce a função de caracterizar o nome ao qual se refere.

Tendo como alicerce as definições constantes nas gramáticas normativas e os exemplos utilizados pela tradição, pode-se perceber o quão problemática pode ser a diferenciação entre um termo integrante de um termo acessório:

**A invenção de Santos Dumont** abriu caminho à era **interplanetária**.

Noites **claras** prenunciam **bom** tempo.

**Meu** irmão veste roupas **vistosas**.

Nos exemplos acima, os termos destacados são adjuntos adnominais, ou seja, termos dispensáveis ao entendimento da oração. Quando se fala em “entendimento da oração”, percebe-se a presença do critério semântico; logo, a retirada das unidades léxicas em negrito não deveriam afetar o propósito dos enunciados: *A invenção abriu caminho à era. Noites prenunciam tempo. Irmão veste roupas.* No entanto, verifica-se que as frases ficam incoerentes e incompletas.

A distinção entre complemento e adjunto se torna ainda mais controversa, quando formada por preposição + substantivo:

A plantação **de cana** enriqueceu, outrora, a economia do país.

Em poucas horas, o fogo destruiu toda a plantação **de cana**.

Mesmo utilizando os critérios de transitividade do substantivo, é complexo explicar o fato de estarmos diante, respectivamente, de um complemento nominal e um adjunto adnominal. Visto que em ambos os casos, o termo em destaque parece exercer a mesma função: delimitar o significado do substantivo.

No entanto, Rocha Lima analisa o substantivo “plantação”, no primeiro exemplo, como transitivo abstrato de ação, cujo objeto é “cana”, e, portanto, um complemento nominal; e, no segundo, como substantivo concreto e intransitivo, ou seja, adjunto adnominal. Isso significa que, embora o termo destacado seja o mesmo, nas orações ele tem interpretações distintas.

Seguindo a análise de termos integrantes e acessórios, abordaremos o objeto indireto e o adjunto adverbial – presentes na **segunda questão**. Sendo este um modificador do sentido de um verbo, adjetivo ou advérbio, é considerado prescindível, e aquele, um termo necessário, pois completa o sentido de um verbo transitivo indireto. Examinando os exemplos:

Trabalha **para o bem geral da família**.

Moramos **aqui**.

Pedro **não** trabalha **hoje**.

percebe-se que os termos grifados parecem constituir um adjunto adverbial; no entanto, a primeira oração apresenta, segundo Bechara (2006a), um objeto indireto. Analisando a variabilidade da predicação verbal, mencionada por Cunha e Cintra (2007), e tendo em vista a classificação do verbo **trabalhar** constante do dicionário Houaiss – é intransitivo quando utilizado no sentido de empregar diligência e trabalho ou ocupar-se de algum ofício, profissão ou atividade, torna-se discutível a classificação proposta por Bechara.

Buscando, novamente, o conceito de acessório – uma vez que estamos falando de adjunto adverbial -, constata-se que, se as palavras em negrito fossem retiradas dos dois últimos exemplos, a segunda oração ficaria incompleta – *Moramos*, enquanto que a terceira teria, inevitavelmente, a idéia modificada – *Pedro não trabalha. Pedro trabalha hoje. Pedro trabalha*.

Aludindo, também, ao fato de os verbos intransitivos serem conceituados como verbos que não precisam de complementos, por terem o sentido completo, e os transitivos necessitarem de termos complementares, devido a sua incompletude, faz-se necessário discutir a concepção de transitividade do predicado verbal, visto que a intransitividade do verbo *morar* não se apresenta tão manifesta: *moramos onde?*

Na questão número **três**, embora se propusesse a relação de uma coluna em conformidade com a outra, a margem de erros ultrapassou os setenta por cento.

A **quarta** e a **décima** questão contemplavam o predicativo do sujeito e do objeto, e novamente torna-se necessário atentar ao estado transitório do verbo, uma vez que há verbos que se empregam ora como copulativos, ora como significativos, dependendo do texto. Exemplos:

Pedro estava **doente**.

Pedro estava **em casa**.

Ele estudou **atento**.

Paulo riu **despreocupado**.

O primeiro exemplo contém um predicativo do sujeito: é formado por verbo de ligação e expressa a transitoriedade de estado do sujeito. Percebe-se, claramente, a função copulativa do verbo. Na segunda frase, pode-se constatar que, embora o verbo seja o mesmo da oração anterior, trata-se de um verbo significativo, complementado por adjunto adverbial (estava onde?). No entanto, nas duas últimas orações, o limite entre predicativo do sujeito e adjunto adverbial é bastante tênue, uma vez que estamos diante de verbos intransitivos e as palavras destacadas podem ser interpretadas como predicativo do sujeito (em um predicado verbo-nominal) ou como adjunto adverbial de modo.

Retomemos os conceitos anteriormente apresentados: predicativo do sujeito é o termo que exprime um atributo, um estado ou modo de ser ao sujeito, ao qual se prende por um verbo (de ligação ou significativo) e adjunto é o termo de valor adverbial que denota alguma circunstância do fato expresso pelo verbo, ou intensifica o sentido deste, de um adjetivo, ou de um advérbio. Anexando à definição deste último o grande número de adjuntos adverbiais de modo terminados em “mente”, a possibilidade de substituição do adjetivo pelo advérbio nas orações apresentadas – *Ele estudou atento. Ele estudou atentamente. Paulo riu despreocupado. Paulo riu despreocupadamente.* – e a sutileza, em alguns casos, da fronteira entre o adjetivo e o advérbio, a distinção se torna passível de discussão.

A questão número **cinco**, que se referia a uma oração sem sujeito, contou com um pouco mais de cinquenta por cento de respostas corretas. Buscando auxílio na gramática normativa, encontramos dois termos como essenciais da oração: sujeito e predicado, ou seja, mesmo sendo o sujeito um termo indispensável na constituição da frase, haverá orações sem sujeito, uma vez que há verbos impessoais, que transmitirão sua impessoalidade ao enunciado. Esse fato parece, então, justificar o número de erros.

As respostas relativas às questões sobre orações coordenadas e subordinadas – **seis**, **sete** e **oito** – foram bastante insatisfatórias. Mais de cinquenta por cento dos alunos não souberam responder à questão número seis e, dentre os que conseguiram analisar as orações subordinadas, a média de acertos foi de apenas dezessete por cento.

Na **sétima** questão, que abordava as orações subordinadas substantivas apositivas e as orações subordinadas adjetivas, o número de erros ultrapassou os oitenta e cinco por cento, o que evidencia um quase total desconhecimento dos alunos neste aspecto.

De acordo com a tradição, a oração subordinada substantiva apositiva exerce a função sintática de aposto da oração principal, ou seja, sua função é explicar, esclarecer, outro termo da oração principal, enquanto que a oração subordinada adjetiva exerce a função de adjunto adnominal. As adjetivas explicativas, assim como as apositivas, esclarecem ou explicam o

termo antecedente, são isoladas por pausa e desnecessárias à compreensão do enunciado. As adjetivas restritivas, embora desempenhem a função sintática de adjunto adnominal – termo acessório, dispensável – são indispensáveis ao sentido da frase, uma vez que precisam a significação do antecedente, e não são separadas por vírgula. No entanto, analisando os exemplos:

Só desejo uma coisa: **que vivam felizes.**

Alguém, **que passe por ali à noite**, poderá ser assaltado.

A casa **em que Antônio morava** foi posta abaixo.

a impressão que se tem é de que as orações destacadas são igualmente indispensáveis à compreensão do enunciado e que explicam o termo anterior. No entanto, no primeiro exemplo, a oração é subordinada substantiva apositiva, visto que a segunda oração explica o termo anterior e vem precedida de dois pontos, segundo as normas gramaticais; no segundo, a oração é subordinada adjetiva explicativa, uma vez que esclarece/explica o termo antecedente e é isolada por vírgulas; e, no terceiro, a oração é subordinada adjetiva restritiva, indispensável ao sentido da frase. Na verdade, o que permite diferenciar, mais facilmente, as orações adjetivas da substantiva apositiva é a presença do pronome relativo nas duas últimas e da conjunção integrante na primeira. Porém, como a palavra ‘que’ é a mesma, provavelmente os alunos não perceberam as suas duas funções, o que contribuiu para o número elevado de erros.

Outra questão que nos parece problemática, a número **oito**, requer o discernimento entre a oração subordinada adverbial causal e a oração coordenada sindética explicativa. Mesmo sendo esta sintaticamente independente e aquela desempenhando a função de adjunto adverbial da oração principal, algumas vezes essa distinção não se apresenta tão óbvia. Exemplos:

Leve-lhe uma lembrança, **porque ela aniversaria amanhã.**

O tambor soa **porque é oco.**

Ambas as orações são passíveis de questionamento, a primeira, embora coordenada explicativa, também pode remeter à idéia de causa, uma vez que a lembrança será levada em função do aniversário. No segundo exemplo, a causa de o tambor soar se deve ao fato de ele ser oco, mas também pode ser interpretado como uma explicação para o fato de ele soar. Analisando as definições constantes das gramáticas tradicionais, acerca da independência ou dependência sintática das orações, o limiar entre elas é passível de discussão. E nem sempre o verbo no imperativo vai tornar clara a diferença semântica entre uma explicação e uma causa.

Para finalizar este capítulo, parece significativo enfatizar que, embora algumas definições e conceituações nas gramáticas tradicionais se mostrem inadequadas e limitadas, o papel do professor é decisivo para elucidá-las, desafiando os alunos a analisarem com muita reflexão essas questões problemáticas. Entretanto - especialmente nos níveis fundamental e médio -, um ensino baseado em processos mecânicos de memorização, queixa constante de alunos e de estudiosos da língua, sendo ou não professores, certamente não tem contribuído para que resultados de pesquisas como esta sejam mais satisfatórios.



### 3 CONCLUSÕES

A gramática tem sido vista, reiteradamente, como forma de exclusão e de detenção de poder de uma camada social sobre as demais. Respeitamos as variedades lingüísticas no que diz respeito aos dialetos e acreditamos que a norma culta padrão é, também, um outro modo de se usar a língua.

Os alunos têm o direito de conhecer as diversas variações da língua e de saber usá-las adequadamente e cabe ao professor ensinar-lhes a língua padrão, tornando-os receptores críticos, politizados e com poder de discernimento.

No entanto, percebe-se que, de um modo geral, não há uma preocupação em relação ao estudo crítico da gramática normativa, a qual é dada aos alunos sem critérios e sem questionamentos, como se fosse um manual de regras impostas a serem decoradas.

Analisando os resultados da pesquisa, aplicada a acadêmicos de Letras, o desempenho dos alunos parece evidenciar as conseqüências desse estudo meramente prescritivo: mais de cinquenta por cento dos estudantes não discernem um termo integrante de um acessório, mais de setenta por cento não reconhecem as funções do “se” e mais de oitenta por cento não obtiveram êxito ao classificar as orações e ao estabelecer as relações semânticas entre elas.

Ou seja, embora os alunos já tenham estudado os mesmos conteúdos sintáticos no ensino fundamental e médio, ao chegar à universidade, as dificuldades de análise permanecem.

Respondendo às hipóteses iniciais, podemos constatar que a gramática normativa, algumas vezes apresenta inadequações ou limitações de determinados conceitos, mas que se investigados e problematizados, são passíveis de compreensão.

Assim como Loura (2002) acreditamos que somente com aulas diferentes, poderemos ter estudantes da língua materna que não sejam simplesmente repetidores de conceitos lidos, mas que sejam pensantes, conscientes, que lutem pela cidadania.

## REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. **Lições de Português pela análise sintática**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006 a.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006 b.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

COSTA, Sônia Bastos Borba. **Alguém viu a Dona Norma?**

Disponível em: <http://www.prohpor.ufba.br/alguemviu.html> Acesso em: 22 de junho de 2008, às 13h58 minutos.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. **A Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.

FRANCHI, Carlos. **Mas o que é mesmo “gramática”?** São Paulo: Editorial, 2006.

LOURA, Maria do Socorro Dias. **O ensino da língua: não ensinar a gramática normativa é a solução?** Disponível em: <http://www.primeiraversao.unir.br/artigo117.html> Acesso em: 22 de junho de 2008, às 13h47 minutos.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

## ANEXO

ANEXO A – Os termos destacados são complemento nominal (CN) ou adjunto adnominal (AA). Assinale a opção correta nos parênteses.

- a) O pobre **do rapaz** ficou perplexo. ( ) CN ( ) AA
- b) A escalação **do time** compete ao treinador. ( ) CN ( ) AA
- c) Não gosto de avião, pois tenho medo **de altura**. ( ) CN ( ) AA
- d) A invenção **de palavras** caracteriza o estilo de Guimarães Rosa. ( ) CN ( ) AA
- e) O respeito **dos filhos** era um fator crucial para aquele pai. ( ) CN ( ) AA

ANEXO B – Identifique as funções sintáticas de objeto indireto (OI) ou de adjunto adverbial (AAdv.) nas frases abaixo.

- a) Trabalha **para o bem geral da família**. ( ) AAdv. ( ) OI
- b) Ana Paula entrou **na sala de aula**. ( ) AAdv ( ) OI
- c) Arrumou-se **para o passeio**. ( ) AAdv. ( ) OI
- d) O soldado precisa **da arma**. ( ) AAdv. ( ) OI
- e) Estudou muito **para a prova**. ( ) AAdv. ( ) OI

ANEXO C – Considerando o emprego da palavra “se” nas orações que seguem, numere a 2ª. coluna de acordo com a primeira:

- a) **Se** isso te deixará feliz, podes marcar o encontro. ( ) conjunção integrante
- b) Machucou-**se** com a navalha. ( ) índice de indet. do sujeito
- c) Divulgou-**se** o resultado da prova. ( ) pronome reflexivo
- d) Respira-**se** bem no campo. ( ) partícula apassivadora
- e) Ela perguntou **se** eu gostei da festa. ( ) conjunção adverbial condicional

ANEXO D – Indique, quando houver, a ocorrência do predicativo do sujeito (PS) ou do predicativo do objeto (PO). Caso tais funções não ocorram nas orações, marque (n.d.a - nenhuma das alternativas).

- a) Cheguei **atrasado** à aula. ( ) PS ( ) PO ( ) n.d.a.
- b) André acha-se **um gênio**. ( ) PS ( ) PO ( ) n.d.a.
- c) Ele é um **adulto jovem**. ( ) PS ( ) PO ( ) n.d.a.
- d) Alguns funcionários chamavam-no **de chefe**. ( ) PS ( ) PO ( ) n.d.a.
- e) Consideraram **irrisório** o salário oferecido. ( ) PS ( ) PO ( ) n.d.a.

ANEXO E – Analisando sintaticamente a oração *Faz calor na sala de audiências*, não é possível afirmar que:

- a) esta é uma oração sem sujeito.
- b) o verbo “fazer” é impessoal.
- c) a expressão “na sala de audiências” é adjunto adverbial.
- d) a palavra “calor” é o sujeito da oração.
- e) a expressão “de audiências” é adjunto adnominal.

ANEXO F – Considerando que um mesmo vocábulo, em português, pode estabelecer diferentes relações semânticas entre as orações, analise sintaticamente as orações subordinadas dos períodos que seguem:

- a) **Como** estava frio, ela voltou para pegar um casaco.
- b) Em determinados momentos, precisamos agir **como** a nossa intuição determina.
- c) Eu sei **como** você age em situações difíceis.
- d) Você o conhece tão bem **como** eu.
- e) Ele chegou mais cedo, como foi combinado.

ANEXO G – Assinale os períodos em que as classificações correspondem às orações destacadas.

- a) Papai deu-nos um belo presente – **levou-nos à praia**. Oração subordinada adjetiva explicativa. A segunda oração explica a primeira.
- b) O Brasil, **que passa fome**, não encontra soluções para seus problemas. Oração subordinada substantiva apositiva. A oração em destaque funciona como aposto da oração principal, esclarecendo seu significado.
- c) Recebi uma carta da minha irmã, **que está morando em Salvador**. Oração subordinada substantiva apositiva. A oração em destaque funciona como aposto da principal, esclarecendo o significado da primeira.
- d) Contaram-me o fato ao qual João aludiu: **que Cris está grávida**. Oração subordinada substantiva apositiva. A oração em destaque funciona como aposto da principal.
- e) O indivíduo **que é inteligente** lê mais. Oração subordinada adjetiva restritiva. A oração em destaque limita a significação do substantivo antecedente.

ANEXO H – A oração subordinada adverbial causal desempenha sempre a função de adjunto adverbial na oração, indicando o fato determinante da realização, ou não realização, do que se declara na oração principal. A oração coordenada sindética explicativa não exerce nenhuma função sintática em outra oração, apenas explica uma declaração. Que orações correspondem à segunda definição?

- a) Chorou, **porque seus olhos estão vermelhos**.
- b) As ruas ficaram alagadas **porque a chuva foi muito forte**.
- c) **Como ninguém se interessou pelo projeto**, a alternativa foi cancelá-lo.
- d) A criança devia estar doente, **porque chorava muito**.
- e) João está triste **porque perdeu o emprego**.

ANEXO I – Assinale a alternativa em que a circunstância de causa sucede linearmente na frase a circunstância de consequência:

- a) O jovem se drogou tanto, que teve uma parada cardíaca.
- b) Como se drogou muito, o jovem teve uma parada cardíaca.
- c) O jovem teve uma parada cardíaca porque se drogou muito.
- d) Como os médicos atestaram, o jovem teve uma parada cardíaca.
- e) Os médicos atestaram que o jovem teve uma parada cardíaca.

ANEXO J – Em “Julgo **improcedente** a ação”, o termo em negrito tem a função sintática de:

- a) complemento nominal
- b) objeto direto
- c) adjunto adnominal
- d) predicativo do sujeito
- e) predicativo do objeto direto.